COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA TRABALHISTA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI N.º 6.787, DE 2016

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.

Dê-se ao **artigo 611-A** a seguinte redação:

Artigo 611-A. *A convenção ou acordo coletivo de trabalho tem força de lei, respeitado o disposto no artigo 7º da CF, quando dispuser sobre:*

.....

X – Banco de horas, garantida a conversão da hora que exceder a jornada normal de trabalho com acréscimo de, no mínimo, cinquenta por cento;

a. o prazo de vigência do Banco de horas será de um ano.

.....

§ 3º *Na hipótese de flexibilização de norma legal relativa a salário e jornada de trabalho, observado o disposto nos incisos VI, XIII e XIV do caput do art. 7º da Constituição, a convenção ou o acordo coletivo de trabalho firmado deverá explicitar a vantagem **compensatória financeira**, concedida em relação a cada cláusula redutora de direito legalmente assegurado, **observando as normas relativas a saúde e a segurança do trabalhador.***

§ 4º *Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de acordo ou convenção coletiva, **devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho, nos termos de norma específica**, a cláusula de vantagem compensatória deverá ser igualmente anulada, com repetição do indébito. ”*

§ 5º *Somente em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, haverá redução geral dos salários dos trabalhadores da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo, entretanto, ser superior a 30%, respeitado, em qualquer caso, o salário mínimo.*

§ 6º Cessados os efeitos decorrentes do motivo de força maior, é garantido o restabelecimento dos salários reduzidos.

§ 7º As inspeções das disposições deste capítulo são de competência exclusiva dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

JUSTIFICATIVA

O ordenamento jurídico constitucional reconhece o poder das entidades sindicais representativas das categorias econômica e profissional, para firmar convenções ou acordos coletivos de trabalho, que disciplinarão as relações de emprego. A esse poder dá-se o nome de autonomia coletiva dos particulares ou autonomia privada coletiva. Ocorre que o exercício desse poder não é absoluto. O exercício da autonomia privada coletiva obedece à hierarquia das normas – regras e princípios constitucionais –, com as quais deve se coadunar. Devem ser respeitados as regras e os princípios consagrados no ordenamento jurídico interno, dentre eles o respeito à vida, à saúde e à vedação do retrocesso social, a dignidade da pessoa humana e o patamar civilizatório mínimo, petreamente previsto pelo artigo 7º da Constituição Federal.

Note que se autoriza que a jornada de trabalho seja negociada, desde que reverta em benefícios financeiros ao trabalhador, pelo que se deve considerar para prorrogação da jornada as normas sobre a saúde e a segurança do trabalhador.

O PL n. 6787/2016 que proíbe a negociação de normas de saúde e medicina do trabalho, previstas em Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, autoriza, não pode permitir, irrestritamente, a transação das normas sobre jornada.

Não se pode admitir a mercantilização do direito ao repouso, à recuperação das forças psíquicas e físicas, ao convívio sócio familiar. Olvida-se, porém, que “(...) as normas jurídicas concernentes a intervalos intrajornadas também têm caráter de normas de saúde pública, não podendo, em princípio, ser suplantadas pela ação privada dos indivíduos e grupos sociais” (DELGADO, 2009).

Os direitos fundamentais sociais estão sob o manto do princípio da vedação do retrocesso social. O Supremo Tribunal Federal, ao tratar de direitos prestacionais, posicionou-se sobre a matéria, proibindo o retrocesso social, como óbice às “conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive”. (STF. ARE-639337- Relator (a): Min. CELSO DE MELLO).

O PL n. 6787/2016 opõe-se ao poder constituinte originário brasileiro, que atribuiu aos direitos sociais a natureza de direitos fundamentais e delimitou os limites de atuação da autonomia privada. LOPES (2000) explica que, como regra geral, as condições mínimas de trabalho previstas na CF são inderrogáveis pela vontade das partes, mesmo na esfera da autonomia privada coletiva, com exceção da possibilidade de flexibilização das condições de trabalho no art. 7º, incisos VI (“irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo”), XIII (“duração do trabalho

normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho") e XIV ("jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva").

Sala das Comissão, de março de 2017.

Deputado DANIEL ALMEIDA

PCdoB/BA